

UMA ETNO-HISTÓRIA TUPI: UMA PROPOSTA  
 DE TRABALHO

Roque de Barros Laraia  
 UNB

A etnologia brasileira ressenete da falta de traba  
lhos consistentes de etno-história. Tal carência atinge tam  
bém os estudos relacionados com as populações Tupi. Neste caso  
 específico parece-nos imprescindível a realização de uma etno-  
 -história que torne cada vez mais claro o intenso processo de  
 segmentação que deu origem aos grupos Tupi atuais. O ponto de  
 partida poderia ser o estudo dos grupos localizados na imensa  
 região mediterrânea entre os rios Tocantins e o Xingu. Região  
 esta que pode ser ampliada no sentido leste até as margens do  
 rio Gurupi. Argumentos lingüísticos, entre outros, justifica  
riam esta ampliação.

Todos os pesquisadores da referida área, em seus  
 momentos de meditação, ainda no campo, com certeza foram acos  
sados por questões que hoje poderiam ser formuladas das seguin  
tes maneiras: Quais as relações de ordem histórica entre os  
 Asurini (tanto do Tocantins como do Xingu), os Suruí, os Para  
kanân e os Araweté? Quais as relações entre estes grupos do  
oeste e aqueles outros do leste sobre os quais temos tão pou  
cas informações como os Amanayé, do rio Capim; e os Turiwara,  
 hoje considerados extintos, e que se localizavam na confluên  
cia do Acará Grande e Acará Pequeno? Esta mesma questão pode  
 ser formulada em relação aos grupos que estão sendo estudados  
 como os Guajá, Tenetehara e Urubú-Kaapor? Qual a relação exis  
tente entre todos estes grupos Tupi e os problemáticos Tapira  
pé, tão próximo geograficamente e, ao que tudo indica, tão lon  
ge culturalmente? Qual a possibilidade de existência de grupos  
 desconhecidos? Etc.

É verdade que estas questões são sempre estimula  
das pela insistência que os membros do grupo pesquisado se re

ferem aos outros índios, "aqueles que ficaram no mato", "aqueles de quem se separaram em função de uma contenda violenta", sem falar em grupos de características nitidamente mitológica.

A idéia desta comunicação é de estabelecer algumas bases para um projeto de estudos etno-histórico que envolva os componentes do grupo de estudos Tupi, além de colocar a disposição dos mesmos os dados coletados pelo Autor nos grupos em que estudou.

Uma hipótese audaciosa e por isto mesmo colocada aqui em caráter tentativo é a de que estes grupos atuais seriam de certa forma os remanescentes dos antigos Tocantins, grupo Tupinambá que foi vítima da política de aldeamento dos jesuítas, a partir da segunda metade do século XVII. Estes remanescentes seriam grupos que afastaram-se cada vez mais do litoral, a fim de obter um maior distanciamento dos brancos. Esta hipótese é coerente com a idéia de que os próprios Kaapor nada mais seriam do que os Tupinambá que no século XVII ainda ocupavam o litoral limítrofe entre o Maranhão e o Pará. Assim é que o mapa de Curt Nimuendaju aponta no século XIX a existência de Urubu-Kaapor na região litorânea do município de Viseu, mais precisamente entre 1860 e 1872. Tal fato explicaria a grande semelhança cultural entre esses índios e os seus históricos antepassados.

É óbvio, entretanto, que o trabalho que propomos ao grupo deve começar inversamente, isto é a partir dos depoimentos dos próprios informantes e a partir destes buscar, em primeiro lugar, a coerência e o relacionamento com os depoimentos de outros grupos; e, em segundo lugar, o relacionamento dos mesmos com as fontes históricas disponíveis. Tal procedimento possibilita a distinção entre uma históriaêmica e ética.

A nossa primeira tentativa, neste sentido, foi um artigo que publicamos exatamente há uma década atrás, intitulado "Akuáwa-Asurini e Surui - Análise de dois grupos Tupi" (in

Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, nº 12, São Paulo, 1972), no qual pretendíamos demonstrar que os dois grupos, apesar de estarem distanciados geograficamente, fizeram parte de um mesmo processo de cisão. Então, os Parakanan estavam ainda isolados e os Araweté eram completamente desconhecidos. Iniciamos por discutir a validade da utilização da tradição oral, contestada por Lowie que afirmou ser mais seguro a utilização de dados obtidos através dos trabalhos lingüísticos, arqueológicos do que conferir grande importância às tradições nativas ("Oral tradition and history" in American Anthropologist, XVII, nº 3, 597-599, 1915). Na ocasião Lowie foi contestado por Goldenweiser que afirmou: "Uma evidência pobre é uma pobre evidência, mas não deixa de ser uma evidência, na medida em que existe a possibilidade de ser realmente considerada como tal, o que pode ser verificado da freqüência de acordo entre tal evidência e uma outra considerada de alto mérito" ("The Heuristic Value of Traditional Records", in American Anthropologist, XVII: 763-764, 1915). Os argumentos de Goldenweiser foram replicados por Lowie em um outro artigo quando disse: "Se não aceitamos a patologia nativa como contribuição para nossa patologia ... por que devemos considerar a história primitiva em igualdade com a nossa ciência histórica?". E, etnocentricamente, acrescentou que em história o nosso dever é o de determinar objetivamente os fatos e, por isto, recusa aceitar o homem primitivo como dotado de senso ou perspectiva histórica, ao afirmar que a descrição de um acontecimento por um "selvagem" é igual a visão que um camponês europeu, analfabeto, pode fazer da primeira guerra mundial, apenas através da observação direta ("Oral Tradition and history" in Journal of American Folklore, XXX, 161-167, 1917).

Insistindo nesta falta de perspectiva histórica por parte do homem primitivo, Lowie critica também a seleção feita pelo mesmo dos fatos que considera como importantes, alegando que atribui demasiada importância aos incidentes mais triviais e acrescenta "Falhei em descobrir qualquer informação

sobre a visita de Clark e Lewis (aos Assiniboine), mas encontrei uma história puramente mítica sobre uma disputa entre o lobo, como pai dos índios, e o "homem de ferro", o pai dos brancos".

A simples transcrição destes trechos de Lowie de mostra o seu apêgo a uma abordagem histórica ortodoxa e a sua dificuldade em aceitar que a seleção dos fatos históricos mais importantes, entre uma série de acontecimentos, é uma característica cultural e os critérios que determinam esta escolha sôpodem ser identificados pelo antropólogo quando este tem uma compreensão bem nítida da sociedade. Neste sentido, Lowie foi também posteriormente contestado por Kroeber e Evans-Pritchard que concordam ser uma característica do método histórico não uma simples relação cronológica de eventos, mas uma integração descritiva dos mesmos. Isto explicaria porque muitas vezes um fato mais recente pode ser relegado a um plano secundário em relação a um outro mais antigo, bastando que este seja considerado mais importante para integrar a explicação que determinada sociedade tem de si mesma.

Hoje, quando a etno-história transformou-se no elo através do qual estão unidas duas disciplinas indissociáveis como a Antropologia e a História, não podemos continuar aceitando as objeções de Lowie. Não podemos permitir que as dificuldades do trabalho etnológico sejam agravada pelo fato de desprezarmos informações tão importantes como a tradição oral. Não importa que a análise desta tradição exija o desenvolvimento de um método capaz de identificar as distorsões que a mesma sofre inevitavelmente no decorrer dos tempos, da mesma forma que os estudiosos dos mitos estão preparados para interpretar e compreender as diversas variações encontradas.

Tal procedimento não significa em abrir mão de outros caminhos etnológicos, isto porque concordamos com Vansina que a tradição oral não deve ser usada isoladamente e "deve

ser relacionada com a estrutura política e social do povo que preserva, comparada com as tradições dos povos vizinhos, e ligada às indicações cronológicas das genealogias e dos conjuntos de ciclos de idades, dos contatos documentados com outros povos, de fenômenos naturais datados tais como fome, eclipse e achados arqueológicos" (DE LA TRADITION ORALE, ESSAI DE METHODE HISTORIQUE" in Musée Royal de L'Afrique Centrale", Série 89 - Sciences Humaines, nº 36, 1961). Assim, os dados ainda que incompletos da história tribal seriam altamente valiosos e poderiam ser mais úteis quando suplementados, de um certa forma, pelos outros procedimentos usuais.

A utilização das diferentes fontes de informação poderá proporcionar ao pesquisador duas vantagens principais: a possibilidade de dispor de uma maior soma de dados e esperar que estes possam se controlar mutuamente. Assim seria possível evitar que a nossa dificuldade em compreender os mecanismos históricos do grupo pudesse nos conduzir a um erro que pode ser induzido pela própria tradição nativa. Exemplificando, a tradição Apinayé diz claramente que a tribo veio do Leste, desligando-se de um grupo tipicamente Timbira, os Krikрати, mas os dados etnográficos indicam exatamente o contrário, estando bem clara a relação dos mesmos com os grupos Kayapó, do Oeste (cf. Roberto Da Matta, "Grupos Jê do Tocantins", in Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônia", vol. 2, Antropologia, CNPq, 1967). Caberia, então, ao pesquisador perguntar por que esta inversão.

Os dados que serão aqui apresentados podem servir de um ponto de partida para esta investigação que, se realizada simultaneamente, pode esclarecer de uma maneira mais segura todo o processo de cisão que ocorreu com os grupos Tupi do Tocantins.

*Os Suruí.*

Logo em nossa primeira estadia entre os Suruí, co

meçamos a ouvir relatos sobre a origem dos mesmos. O que pudemos inicialmente averiguar foi que eram habitantes de uma região a noroeste do seu estabelecimento atual e que ao atravessarem um grande rio, identificado como o Vermelho, foram vítimas de um ataque aniquilador por parte dos Kayapó. Os sobreviventes atingiram o Araguaia, onde por algum tempo tiveram aldeia numa região de campos no lugar hoje denominado Santa Cruz. Foi então que praticaram uma série de roubos de mulheres de um grupo denominado por eles como Karajá. Esses raptos resultaram numa série de conflitos que os obrigou a abandonarem a margem do grande rio e se internarem na floresta, na região onde até hoje permanecem.

A princípio supunhamos que os índios denominados Karajá eram realmente aqueles que são conhecidos etnologicamente por esta denominação, mais precisamente o seu ramo norte os Xambioá. Mas posteriormente colhemos entre os Suruí referências a um outro grupo Tupi que seria uma cisão recente dos próprios Suruí. Tudo começou quando em uma genealogia surgiu o nome de Tairaño. Contou, então, nosso informante que Tairaño, que era filho de Kuaruo, pertencia ao clã Karajá, tendo abandonado a tribo quando foi flechado por Saonamaria (do clã Saopakania). Saonamaria praticou a agressão auxiliado por Hapi kã e Ikatu, ambos do seu próprio clã. Após esses acontecimentos, Ikatu e Saonamaria foram mortos por Tiguá, do clã Karajá. O conflito prosseguiu com o assassinato de Tatawira-Puku, praticado por Ipirá. Sahi, do clã Koati, matou a Ipirá e obrigou os demais Karajá a partirem rumo a leste, em busca do Poro nô (rio grande). Segundo os nossos informantes os motivos que determinaram a eclosão do conflito foi o roubo de uma mulher Karajá, praticada por Tatawira-Puku. Este roubo Ipewia, esposa de Monariã. Monariã posteriormente voltou a residir com os Surui e a sua descendência pertencem os indivíduos do grupo Karajá, atualmente existentes.

As informações genealógicas nos permitiram calcu-

lar que os fatos mencionados ocorreram provavelmente na última década do século anterior, o que nos levou a tomar em conside  
ração um texto de Coudreau:

"Hã cinco ou seis anos na direção do Prata, num lu  
gar chamado Arara, uns quarenta índios desconhecidos, homens, mulheres e crianças, mostraram-se rá  
pidamente. Eles fizeram compreender por sinais que tinham viajado durante uma certa quantidade de dor  
mir e que vinham duma região de campos. No ano se  
guinte, estes mesmos índios voltaram a aparecer. Familiarizaram-se um pouco. Olhando os bois eles disseram que encontraram algumas vezes estes ani  
mais em seus campos. Conjecturaram-se que estes in  
dios vieram da região nascente do Apinajê, ou a  
lêm, porque nos anos procedentes alguns bois das pequenas fazendas deste ribeirão haviam extraviado e nunca mais voltado. Nesta segunda viagem, os mis  
teriosos índios pareciam fatigados, doentes, mostrando alguns ferimentos recentes produzidos por flechas: pareciam vir da guerra, mais como fugiti  
vos do que como vencedores" (cf. Coudreau, VOYAGE A ITABOÇA ET L'ITACAIUNA, Paris, 1898:19).

Como Coudreau e os seus acompanhantes podiam iden  
tificar os demais índios da região é bem provável que os visi  
tantes fossem os Surui. Tal hipótese foi levantada porque a área onde se deu o encontro citado por Coudreau é próxima do território Surui. É verdade que não conseguimos localizar ne  
nhum local denominado Prata, mas é bem conhecido o local deno  
minado Arara, um pouco abaixo da cachoeira Mãe Maria, onde de  
ságua o igarapé denominado Arara que corre quase que paralelo ao Apinayê. É interessante notar que a nascente deste último igarapé dista apenas cerca de 10 quilômetros em linha reta da atual aldeia Surui, situada entre as cachoeiras dos Sororozi  
nho e Gameleira.

Com estas informações, partimos para os Asurini do Tocantins, muito semelhantes cultural e linguisticamente, esperrançosos de encontrarmos uma outra versão dos acontecimentos relatados, o que serviria para provar a nossa hipótese de que os dois grupos seriam resultantes de um mesmo processo de cisão. Entretanto, tal não foi possível. Conseguimos entre os Asurini apenas algumas notícias relativas a fatos mais recentes.

#### *Akuawa-Asurini*

Logo no início de nossa pesquisa, as nossas esperanças desvaneceram. Em primeiro lugar, porque a população investigada possuía uma média de idade muito baixa (23 anos para adultos do sexo masculino) e era incapaz de recordar qualquer fato relacionado com o processo que investigávamos. Sentimos então que nossos esforços esbarravam em duas barreiras quase intransponíveis: a do esquecimento provocada pelos efeitos dramáticos de violento processo depopulacional agravado pelo fato de terem vivido os oito anos anteriores a nossa visita na mais completa desorganização do ponto de vista tribal. A segunda barreira seria imposta pelas próprias características segmentárias do grupo o que faz com que qualquer processo de cisão seja considerado como algo comum, que perde a sua importância no decorrer de um tempo relativamente curto.

Nesta ocasião, começamos a ter informações da existência de índios agressivos, com as mesmas características, na região de Altamira. As poucas informações que obtivemos entre os Asurini indicavam que vieram do norte, mais precisamente do noroeste. Entretanto, as informações referentes ao conflito com o branco indicam que os Asurini já estavam na área desde o final da década de vinte.

Concluindo, somos de opinião que as informações a-nálogas obtidas pelos nossos colegas entre os Asurini, da região de Altamira, os Parakanân e, mais recentemente, os Arawe



té poder ajudar a compor um quadro da dinâmica dos Tupi na região compreendida entre o Xingu e o Tocantins.

#### *Kaapor*

Por sua vez os Kaapor ainda recordam o tempo em que viviam no rio Capim, no Pará. No mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju consta, na segunda metade do século XIX, a presença de Turiwara nessa localização. Acreditamos que para uma etno-história Tupi é importante saber detalhadamente qual a diferença entre Kaapor e Turiwara. Durante a minha pesquisa entre os primeiros fiquei convencido que os Turiwara seriam no máximo um sub-grupo Kaapor. Todas informações referentes aos Turiwara indicava um grupo exatamente igual, do ponto de vista cultural, aos Urubu-Kaapor. A única coisa diferente, segundo os nossos informantes, era que os Turiwara praticavam a antropofagia e os Kaapor não (sic). A contradição contida nesta informação esbarrava nos depoimentos de velhos, como Antonio-hu, que tinham participado de rituais antropofágicos e que os narrava com mais detalhes do que os cronistas seiscentistas.

O dramático episódio de Wiratan em busca de Mahyra (cf. Darcy Ribeiro, "Uirá vai ao encontro de Maíra: as experiências de um índio que saiu a procura de Deus", in Anhembi, vol. 26, nº 76, São Paulo, 1957) demonstra que os Kaapor tinham uma idéia exata da localização do mar. Estas informações nos levam a supor, pelo menos por enquanto, que atingiram a região atual proveniente do litoral, via o Pará, exatamente pela região do Capim, território que em algum momento partilharam com os Tembê.

#### *Conclusão*

Os nossos dados não dizem muito, foram usados mais como exemplos do tipo de informação que os etnólogos precisam obter, em maior quantidade e profundidade, para podermos cons

truir uma Etno-História dos grupos Tupi dessa região. Trabalhos como os de Metraux e Florestan Fernandes são de utilidade para o desenvolvimento desta tarefa que deve ter como o objetivo o estudo de todos os Tupi e não somente os localizados no Pará e Maranhão. A consulta das fontes utilizadas por Curt Nimuendaju poderá ser bastante útil pois nos possibilitará reconstituir, ainda que parcialmente, a história dos contatos entre os Tupi e os brancos.

Não se trata, como todos podem imaginar, um trabalho fácil, mas acreditamos que este pode ser um tipo de tema que pode servir de um ponto comum entre todos aqueles que estudam os Tupi. Ao lado de suas investigações particulares sobre xamanismo, parentesco, sistemas político e econômico, adaptação ecológica, etc. o pesquisador coletaria dados referentes ao passado do grupo e mais tarde confrontaria esses dados com os obtidos nos grupos vizinhos e, também, com a documentação histórica existente.

Em muitos casos, em função de fatos circunstanciais, os resultados podem ser nulos. Mas acreditamos que será fascinante este reencontro do método antropológico com a abordagem histórica. A diferença entre o etnólogo e o historiador será a de que enquanto este busca documentos nós procuramos testemunhas, portadoras de uma tradição grupal. A desvantagem que levamos é que estas são mais frágeis do que os documentos. Basta a eclosão de uma guerra ou uma epidemia para que uma grande parte da narrativa se perca para sempre. Assim teremos que jogar com a sorte. Talvez um de nós seja capaz de encontrar uma sociedade Tupi, em um dado momento, onde ainda exista presente na memória do grupo uma série de eventos importantes para a solução dos problemas que defrontamos. Estes depoimentos constituiriam em nossa pedra de roseta, a chave para que todos possamos abrir o segredo que envolve os múltiplos processos de cisão que podem explicar a dinâmica das atuais sociedades Tupi.

Tais tentativas não serão, por outro lado, preju  
dicial ao trabalho do etnólogo. Conhecer o passado do grupo se  
rá uma maneira de procurar uma forma maior de entendimento do  
mesmo. Pois como disse Dumont: "A história é o movimento pelo  
qual uma sociedade revela a si mesma o que ela é".